

## **PSICOLOGIA E ESCOLA: A HISTÓRIA DE UMA REALIDADE POSSÍVEL**

### **PSYCHOLOGY AND SCHOOL: THE STORY OF A POSSIBLE REALITY**

<sup>1</sup>SOCCIO, F.P. <sup>2</sup>MACHADO JUNIOR, L. B. S.

<sup>1e2</sup>Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

#### **RESUMO**

O objetivo deste estudo foi entender a correlação entre psicologia e escola, bem como descrever os principais acontecimentos históricos que subscreveram uma temática a outra. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica. Utilizando os estudos de Patto (1990) foi possível fazer uma reflexão a respeito do fracasso escolar. As primeiras aproximações da psicologia no Brasil, foram efetivadas através do meio educacional, o qual buscava explicações a respeito de problemas de aprendizagem e essas medições eram feitas através de testes psicométricos. A disseminação desses testes fez com que fossem balizados por um duplo movimento, de um lado a necessidade da escola explicar seu fracasso, e de outro a trivialização desses métodos. Essa situação refletiu na despersonalização do trabalho do psicólogo dentro da instituição escolar. O estudo concluiu que embora haja um des saber a respeito da área da psicologia escolar, há um crescimento na implantação deste saber e que é cada vez mais importante conhecer os processos históricos para que se crie espaços de reflexões que não se pautem em explicações do senso-comum.

**Palavras-chave:** Psicologia, Escola.

#### **ABSTRACT**

The aim of this study was to understand the relationship between psychology and school, as well as describing the major historical events that signed a theme to another. Therefore, a literature review was conducted. Using studies of Patto (1990) it was possible to reflect about the school failure. The first psychology approaches in Brazil, were effected through educational means, which sought explanations about learning problems, these measurements were made through psychometric tests. The spread of these tests had them marked by a double movement on the one hand the need for the school to explain their failure, and on the other the trivialization of these methods. This situation reflected the depersonalization of psychologists working within the educational institution. The study concluded that although there is a des saber about school psychology area, there is an increase in the implementation of this and know that it is increasingly important to understand the historical processes in order to create spaces for reflection and not be guided by common sense explanations.

**Keywords:** Psychology, School

#### **INTRODUÇÃO**

Para a compreensão da trajetória histórica a respeito da Psicologia Escolar, é preciso repensar inicialmente sobre o papel da Psicologia e seu surgimento como ciência. O surgimento da Psicologia como ciência e profissão se vincula ao momento histórico de consolidação do capitalismo, pois há uma transformação nos modos de produção e nas relações de poder, assim, abre-se oportunidade à criação de novas subjetividades. “A psicologia, como uma disciplina, desempenhou um importante papel e uma precisa função sobre o capitalismo – a de contribuir para que essa nova

forma de sociabilidade pudesse manter o desenvolvimento econômico.” (GUZZO et al., 2010). Parte-se do pressuposto, portanto, de que os modos de produção, a urbanização e o surgimento do capitalismo fizeram emergir na sociedade diferentes modos de se relacionar e diferentes subjetividades.

Entende-se educação como um conjunto de ações, processos, influências e estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações. (LIBÂNEO, 2010). Portanto, uma prática social humanizadora, por meio da qual o homem a determina e é determinado por ela.

Não se pretende explicitar toda a modernidade por meio dos processos econômicos, no entanto, estes não podem deixar de ser levados em consideração enquanto se tem consciência de que os processos de ensino formais se ligam diretamente a essas transformações. A educação, por exemplo, é vista como algo que reproduz as mudanças e intencionalidades de quem está no poder, tanto no que diz respeito a tecnologias, modos de produção, modos de relação, entre outros.

O levantamento sucinto dessas transformações apenas viabiliza o discernimento de que, para se adentrar à compreensão da psicologia escolar é preciso conhecer um pouco dos processos que permeiam esse trabalho, a dizer, a que ou a quem se destinam os processos de ensino-aprendizagem, o que se compreende por escola, que visão se tem de psicologia para então realizar uma reflexão das possíveis questões emblemáticas da psicologia escolar.

Cumprir destacar que a escola contemporânea tende a ser local de transmissão da educação formalizada, e que é aos diversos problemas concernentes a isso que se correlaciona a psicologia escolar.

Mediante o exposto, Psicologia Escolar pode ser compreendida de modo sucinto como uma área da psicologia que “[...] se interessa pelo modo como a escolaridade afeta as crianças em geral e o aluno em interação com uma escola específica. A especialidade necessita de conhecimentos, pesquisas que envolvam educando e outros”. (COSTA; SOUZA; RONCAGLIO, 1995). Possui, portanto, um campo de ação determinado, que é a escola, e aplica os conhecimentos da psicologia na escola como um lugar total, considerando todos os atores que compõem o cenário pedagógico e da escola, a fim de fazer com que a escola cumpra seu papel social, atualizando as potencialidades dos sujeitos.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de compreender a relação entre psicologia e escola e demonstrar a importância dessa interface.

## **Psicologia e Educação**

A Psicologia Escolar tem suas raízes na transição do século XIX para o XX na criação dos primeiros laboratórios de psicologia que estudavam crianças com problemas de aprendizagem e que foram constituídos a partir da influência norte-americana e francesa.

[...] a psicologia, enquanto instrumento aplicado às práticas educacionais se origina justamente no final do século XIX, com o empenho de educadores e cientistas do comportamento em classificarem crianças com dificuldades escolares e proporem às mesmas métodos especiais de educação, a fim de ajustá-las aos padrões de normalidade definidos pela sociedade. (YAZLLE, 1997, p.15).

Santrock (2009) apresenta três autores como sendo os pioneiros no início da história da psicologia educacional. O primeiro deles é William James, que falava sobre a aplicação da psicologia educacional em crianças, e acreditava que um teste laboratorial não diria como ensinar crianças, ou seja, somente por meio de observação do cotidiano escolar é que se poderia aprimorar a educação. Outro pensador importante é John Dewey que foi o primeiro a estabelecer o laboratório de psicologia educacional, trazendo a ideia de criança como aprendiz ativo, de que é preciso aprender fazendo. Também trouxe a concepção de que é preciso aprender a pensar para que o indivíduo se adapte as questões tanto dentro como fora da escola. Outro pioneiro foi Thorndike que considerava a avaliação e mensuração princípios básicos científicos da aprendizagem e dizia que é preciso constantemente afiar as habilidades dos alunos.

Foi a abordagem de Thorndike que dirigiu a psicologia educacional na primeira metade do século XX. Skinner, dentro da psicologia americana, desenvolveu suas ideias a partir de Thorndike e tentou determinar com precisão melhores condições para a aprendizagem, pois, acreditava que as propostas de

James e Dewey não poderiam ser objetos de estudo, pois os processos mentais não seriam observáveis.

De acordo com Hilgard (apud SANTROCK, 2009) os objetivos que foram apontados pela abordagem do comportamento para a aprendizagem não atendiam as necessidades reais dos educandos. Contrário a esse pensamento, Bloom criou uma taxonomia de habilidades cognitivas nas quais ele acreditava que os professores deveriam ajudar os estudantes a desenvolver.

De acordo com Coll (2004) a psicologia educacional vem a calhar com o ideal de que educação e ensino podem melhorar sensivelmente com a utilização dos conhecimentos psicológicos. No entanto, há discrepância entre os princípios que deva ser aplicados.

Coll (2004) ainda relata que surge uma diversidade de formulações e propostas para serem trabalhadas dentro do contexto escolar. Nessa situação, é possível destacar três fatores, em primeiro, seria a reconsideração em profundidade das finalidades da educação, em segundo lugar a eventual aceitação de novos conceitos em psicologia do desenvolvimento, e, por fim, a modificação da ótica adotada nos últimos anos com relação à natureza das relações entre psicologia e educação.

Por sua vez, o cenário em psicologia da educação é bastante conflituoso e mesmo os próprios autores envolvidos não chegam a uma conclusão plausível a respeito do que se trata a psicologia da educação e quem são esses profissionais que vão trabalhar nessa área. Como contingente, exemplifica-se três situações distintas: a psicologia da educação como especialização dentro da psicologia, a psicologia da educação como aplicação de teorias psicológicas aos sujeitos envolvidos nas relações de ensino-aprendizagem, ou a psicologia da educação isolada com suas próprias bases teóricas. (Sheurman apud COLL, 2004, p. 21).

Dentro da concepção da psicologia aplicada à educação e a psicologia da educação como disciplina, é possível estabelecer que as duas partilhem da ideia de que psicologia da educação se relaciona com a utilização do conhecimento psicológico para melhorar teorias e práticas educacionais, partindo, no entanto, de esquemas lógicos diferentes.

Compreendidas as diversas concepções que emergiram dentro dessa temática, há de se analisar o objeto de estudo da psicologia da educação, visto que é “importante estudar os processos de mudança que se produzem nas pessoas

como conseqüência de sua participação em atividades educacionais” (COLL, 2004, p. 30).

A psicologia da educação é de pleno direito, uma disciplina psicológica, já que seu foco é o estudo de processos psicológicos; mas é também, e ao mesmo tempo, uma disciplina educacional, pois os processos psicológicos aos quais volta sua atenção são inseparáveis das situações educacionais que estão em sua origem, o que significa que é imprescindível levar em conta as características destas últimas para estudar cabalmente aqueles. (COLL, 2004, p. 32).

Em outras palavras, mesmo que haja discordâncias em relação a essas teorias uma não se desvincula da outra, pois os processos psicológicos que se estão estudando têm suas bases dentro do contexto educacional, e dele não há como se desvencilhar.

Além disso, é necessário pautar-se nos conteúdos da psicologia da educação, que se dividem em dois blocos distintos: aqueles que estudam os processos de mudança que acontecem nas pessoas “vinculadas aos processos de aprendizagem, de desenvolvimento e de socialização”, e o segundo grupo que são os “fatores das situações das atividades educacionais que se relacionam direta ou indiretamente com esses processos de mudança”, justificados pela teoria de Calfee e Berliner (1996, p. 2 apud Coll, 2004, p. 33) que afirmam que a educação comporta sempre e necessariamente alguém que ensina algo a outro alguém em um contexto institucional com um propósito e espera certos resultados que são avaliados.

### **A Psicologia Escolar no Brasil**

O início da psicologia escolar no Brasil revela um caráter clínico e terapêutico das intervenções que eram realizadas. Por um longo tempo houve a ideia de que o psicólogo escolar deveria pautar sua prática na avaliação de crianças com dificuldades na aprendizagem, e isso seria feito por meio de instrumentos psicológicos que mediriam a capacidade dos alunos, e separaria os aptos dos não aptos para a aprendizagem (PATTO, 1990).

A esse respeito, Goulart (1987, p.09) comenta que:

A Psicologia no Brasil se desenvolveu estreitamente ligada à educação, primeiro campo ao qual se deu a aplicação desta ciência em nosso País. Na realidade, não foi a Psicologia da Educação que

derivou da Psicologia, mas sim a segunda que derivou da primeira, pois, historicamente, no Brasil, desde o início do século, a Psicologia da Educação tornou-se o fundamento básico da educação.

Para melhor compreensão dessas vicissitudes referentes ao processo histórico, é importante investigar brevemente alguns fatos marcantes.

No ano de 1830, a primeira “Escola Normal” foi criada em Niterói, depois em 1835 a da Bahia, e em 1846, em São Paulo, com a primeira escola destinada à formação de professores, na qual uma das disciplinas era a Pedagogia. Em 1912, a Pedagogia passou a ser composta por três disciplinas, Pedagogia, Psicologia e Metodologia.

Em 1931, foram desenvolvidos cursos de aprimoramento de professores primários, que incluía o ensino de várias disciplinas, entre elas, a Psicologia e suas Aplicações na Educação.

Em São Paulo, Clemente Quaglio foi o criador do “Gabinete de Psicologia Experimental” na cidade de Amparo. Barbosa e Marinho-araújo (2010) relatam que no início do século XX, ele realizou algumas pesquisas sobre a deficiência mental em alunos, e para isso fez uso de instrumentos de medição da inteligência desenvolvido anteriormente por Binet e Simon.

Esses laboratórios de psicologia espalhados pelo país produziram diversas pesquisas com foco na medição do desenvolvimento mental, aprendizagem e maturidade.

No ano de 1914, um psicólogo italiano, Ugo Pizzoli, foi contratado pelo governo do Estado de São Paulo para modernizar e dinamizar o laboratório criado por Quaglio, passando a realizar pesquisas ligadas à Psicologia e à Educação. (Netto, apud WECHSLER, 2001. p.34).

Até os anos 20 a Pedagogia era fortemente influenciada pela Pedagogia católica, até que começam a perder espaço com o “surgimento, no Brasil, do movimento de educação nova de inspiração norte-americana, que vai tomando conta, nos anos 30, de uma elite intelectual de educadores brasileiros”. (LIBÂNEO, 2010, p.47).

Saviani (2012), através dos estudos de Anísio Teixeira, aponta que na década de 30, com o movimento escolanovista, a escola deveria se mostrar uma réplica da sociedade, acompanhando seu avanço material, e para isso essa reforma deveria se apoiar na psicologia através de seus conceitos de aprendizagem.

As bases teóricas do escolanovismo europeu e norte-americano “têm como suporte uma concepção científica da educação, no sentido de que princípios e leis do processo educativo devem subordinar-se às exigências da verificação experimental dos fatos”. (LIBÂNEO, 2010, p. 119).

Se nos séculos XVII, XVIII e XIX a ênfase das proposições educativas se dirigia aos métodos de ensino formulados a partir de fundamentos filosóficos e didáticos, no século XX a ênfase deslocou-se para os métodos de aprendizagem, estabelecendo o primado dos fundamentos psicológicos da educação. (SAVIANI, 2012, p. 103).

Desenvolve-se assim, uma ciência experimental da educação, evidenciando uma prática educativa de cunho científico e que se utilizava de outras ciências como a psicologia, a biologia e a sociologia.

Em 1938, houve o primeiro congresso de Psicologia no Brasil, no Estado de São Paulo. A criação e o funcionamento dos primeiros laboratórios de Psicologia no país também foram consequência do ensino normal. No Rio de Janeiro, foi instalado um Laboratório de Psicologia Pedagógica, na instituição que se chamou “*Pedagogium*”, o qual se manteve ativo durante mais de 15 anos, e produziu várias investigações ligadas à Psicologia e à Educação. (Netto apud WECHSLER, 2001, p. 34).

Na década de 60, houve a ampliação do sistema educacional, e com isso a Psicologia pôde estar mais presente nas escolas, muito embora pautasse sua prática em uma perspectiva através da qual o sujeito deveria se adaptar a sociedade e o papel da psicologia seria intervir nesse ajustamento.

Outro momento importante foi com a lei 4119 de 27 de agosto de 1962, que reconhecia a profissão de psicólogo. No caso, dentro das escolas, o trabalho ainda era voltado para uma prática clínica e para o trabalho com crianças que tinham problemas de aprendizagem.

Em 1970, a promulgação da lei nº 5.692/71, no âmbito da educação, ampliou o sistema educacional e efetivou a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita, trazendo mudanças significativas no contexto escolar. (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 395). Diante dessa situação, a psicologia, que tinha como principal instrumento a psicometria e a área clínica, foi chamada para auxiliar o sistema educacional a fim de se entender as queixas escolares.

Por um longo período, as explicações sobre o fracasso escolar eram baseadas em resultados obtidos pelos instrumentos de mensuração da inteligência, atributos afetivos, motores e outros que ora localizavam a problemática no indivíduo, ora relacionavam as dificuldades escolares às condições socioeconômicas e/ou ao ambiente familiar (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

No entanto, havia uma insatisfação, por parte dos Psicólogos e os sujeitos afetados com o este trabalho, com esse tipo de prática e isso provocou uma crise durante as décadas de 60 e 70. Foi um vasto período de discussão e reflexão sobre a prática, que evidenciava uma insegurança na atuação em psicologia escolar, já que aquele tipo de trabalho não supria a demanda que o contexto exigia.

Com isso, compreende-se uma necessidade de pensar o Psicólogo Escolar diante dos acontecimentos históricos que subscreveram sua atuação, pensar na questão prática e contextualizada. Conforme aponta Patto (1990), a história da Psicologia Escolar tem que ser pensada a partir das raízes históricas e não apenas por indicadores quantitativos do sistema educacional resultante de políticas que buscam a universalização do ensino.

Uma peculiaridade brasileira é que, diferente do que ocorreu em outros países nos quais a área de Psicologia Educacional e Escolar se consolidou após a Psicologia propriamente dita, como uma derivação desta, pelo menos no que se refere a prática, no Brasil ocorreu de forma diferente. [...] nasceu, desenvolveu-se e se consolidou concomitantemente à Psicologia propriamente dita e, no que tange ao âmbito de aplicação prática dos conhecimentos psicológicos, o campo educativo é um dos primeiros. (BARBOSA, 2011, p. 292).

Diante dessas colocações, é possível compreender que a Educação é que, teoricamente, chamou a Psicologia para fundamentar suas questões.

### **Fracasso Escolar**

Para analisar a constituição de sujeitos imersos nas práticas educativas, a obra da Patto intitulada “A produção do fracasso escolar” (1990) é um dos principais referenciais teóricos para possível compreensão. Embora o contexto atual, político e econômico, sejam diferentes do momento em que Patto postulou sua obra, o país ainda continua produzindo uma sociedade desigual. É preciso entender o fracasso



escolar pensando na instituição como um todo e não culpando apenas o aluno pelo seu fracasso. O fracasso escolar denuncia um modelo de sistema produtor de desigualdades e isso acaba gerando a necessidade de se buscar a compreensão da instituição escolar.

Algumas concepções tendem a colocar a culpa toda no aluno, o que não é novidade e é necessário que se questione o porquê disso, de onde se criou essa ideia e o que ou a quem ela sustenta. A relevância de se compreender esse fato historicamente está em perceber o lugar que a Psicologia e a Pedagogia ocuparam no cenário brasileiro.

Patto (1990) postula três eixos distintos ao analisar o fracasso escolar; sua explicação advém cada qual de um momento histórico.

De modo bastante sucinto, é possível colocar que foi a partir do século XIX que se iniciou uma política educacional propriamente dita, e esta decorreu de três vertentes que permeavam o mundo na época: a primeira era a crença no poder da ciência, advinda do Iluminismo; a segunda, diz sobre o projeto liberal de um mundo que pregava igualdades, e que substituía a crença de que havia uma desigualdade advinda da herança familiar; e a terceira eram as lutas pela consolidação dos estados nacionais. (PATTO, 1990)

A princípio a escola foi imposta como instrumento para unificação nacional; foi a partir do momento em que a classe trabalhadora se vê em desigualdade, que buscaram a escola como meio de tentar escapar dessa situação, uma tentativa de abandonar o trabalho braçal e passar a outra condição social. No entanto, essa noção de igualdade traz consigo uma contradição, já que as atribuições eram feitas mediante exames nos quais os critérios eram as aptidões, os testes selecionavam diferentes tipos de inteligência, e essa é a primeira teoria explicativa que Patto (1990) postula para analisar o histórico do fracasso escolar.

Em resumo, com o aumento da procura por escolas, houve a necessidade de explicar as diferenças no rendimento escolar dos indivíduos. Na época, buscou-se trabalhar com o termo aptidão. Compreende-se “aptidão como resultante de uma predisposição que se revelaria num rendimento líquido, distinto de um rendimento bruto decorrente de outras influências além da predisposição” (PATTO, 1990, p. 64).

Ao passo que se buscava essa compreensão, os testes psicológicos foram incluídos no sistema para justificar o fracasso de uns, e o bom desempenho de outros. “Inicialmente circunscrita à avaliação médica segundo os quadros clínicos da

época, a avaliação dos ‘anormais escolares’, tornou-se [...] praticamente sinônimo de avaliação intelectual”. (PATTO, 1990, p. 66). Em outras palavras

No final da década de 1930 começa-se a abandonar o conceito corrente na época de “criança anormal” e adota-se o conceito de “criança problema”, que privilegia não apenas os aspectos intelectuais para entender o fracasso escolar, mas também as questões físicas e principalmente afetivas. Os olhares se voltam então para a constituição, organização e funcionamento da família, a qual seria responsável pelos comportamentos e dificuldades apresentados pela criança considerada problema. (RIBEIRO, 2012, p.2).

Conforme se constituíam as explicações acerca do fracasso escolar, os testes foram um método demonstrativo para justificar o peso de questões hereditárias.

Nesse momento é interessante perceber como a ideologia dominante pensava os modos de viver, visto que passaram a direcionar suas teorias diante do fator racial, considerando haver classes inferiores umas as outras.

Diante da recorrência de dados que apontavam negros e os trabalhadores pobres como os detentores dos resultados sistematicamente mais baixos nos testes psicológicos, a explicação começa a deixar de ser racial – no sentido biológico do termo – para ser cultural. (PATTO, 1990, p. 68).

Nos anos sessenta foi elaborada a “teoria da carência cultural”, “que surge como resposta política aos movimentos reivindicatórios das minorias raciais norte-americanas e dos grupos sociais mais atingidos pela exploração econômica e pela dominação cultural que não aceitam a desigualdade e a denunciam” (PATTO, 1990, p. 68). Com isso, há uma tendência a colocar no indivíduo pobre todo tipo de defeito. Diante dessa situação, criou-se um tipo de escola compensatória que visava reverter a diferença cultural.

A "teoria" da carência cultural retomou a explicação da "marginalidade" social e legal nos termos biopsicológicos que vieram no bojo do movimento escolanovista. [...]ela só tem contribuído para o aprofundamento da má qualidade da escola que se oferece ao povo, na medida que justifica um barateamento do ensino que acaba realizando a profecia segundo a qual os pobres não têm capacidade suficiente para o sucesso escolar. (PATTO, 1997, p. 2).

Diante da maioria das pesquisas realizadas nesse período, as ideias apresentadas pela Teoria da Carência Cultural são acrescidas apenas de algumas considerações sobre a má qualidade do ensino oferecido às crianças consideradas de classe social economicamente desfavorecida. (RIBEIRO, 2012, p. 2). Se na vigência do humanismo a ênfase era colocada na possibilidade de igualdade numa sociedade de classes, na era da decadência ideológica, os liberais vem para grifar a segunda palavra da expressão 'igualdade de oportunidades'. (PATTO, 1990, p. 69). Ou seja, inicialmente justificaram o fracasso escolar culpabilizando a hereditariedade, a raça, como forma de superação dessa condição, o sujeito passou a ser visto em condições deficitárias e colocou-se no ambiente desfavorecido a justificativa ao fracasso escolar.

Dentro desse contexto, Patto (1997) fala sobre os testes que foram difundidos e que acabaram por estigmatizar e justificar a exclusão escolar. E ainda reflete que “tudo se passa como se professor e psicólogo partissem do princípio de que o examinando é portador de alguma anormalidade. Basta consultar os testes, para supostamente descobrir qual”. E continua dizendo que os testes acabaram sendo uma armadilha para as crianças, pois estas acabam sendo apenas vítimas de um resultado.

Esses dois modos de pensar/justificar o problema existente aconteceram no Brasil. As explicações raciais decorrem da chegada dos colonos, que viam nos colonizados uma raça inferior. Mais adiante, com a influência do escolanovismo, passaram a enxergar as dificuldades de aprendizagem nos métodos de ensino.

A teoria da carência cultural sofreu diversas críticas, tanto por sua questão preconceituosa como por ser reducionista ao reforçar a ideia de que a criança marginalizada teria uma cultura inferior. Embora Patto referencie o fracasso escolar por meio de uma cronologia e que a psicologia, hoje, não considere mais esses fatores, o imaginário popular ainda está permeado por esses ideários, que em tese, não são evoluções, mas sempre sobreposições que tentam justificar o fracasso escolar deslocando a responsabilidade para fora da escola.

Por conta disso, Patto (1999) salienta a importância de se quebrar o estigma de que o fracasso escolar é culpa específica do aluno ou família e adverte para se pensar nas questões próprias da instituição na produção do fracasso escolar, rompendo assim com as visões das dificuldades de aprendizagem e da carência cultural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da leitura das ideias dos autores que embasam esse trabalho, foi possível observar o quanto a escola esteve ligada a um processo de legitimidade social que influía diretamente na forma como os alunos podiam ser vistos pelo viés econômico e social. Assim, a partir do momento em que a escola abriu suas portas para toda a população, todos os problemas advindos dela vieram consigo. Na ânsia de explicações a respeito diversidade, criaram-se teorias, que colocavam o sujeito num lugar de marginalidade.

Em vista disso, é possível perceber que a entrada da psicologia nesse contexto, inicialmente serviu ao mesmo processo de marginalização devido á aplicação dos testes e suas especificidades.

Atualmente, novas opções de atuação do psicólogo dentro da escola passam a surgir, visto que a ressignificação das concepções acerca do trabalho psicológico se faz constantemente necessária já que a escola também está imersa nesse contínuo processo de mudanças.

## **REFERÊNCIAS**

- BARBOSA, D. R. **Estudos para uma história da psicologia educacional e escolar no Brasil**. 2011. 673 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BARBOSA, R. M; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 3, n. 27, p.393-401, jul./set. 2010.
- COSTA, C. R de; SOUZA, I. E. R de; RONCAGLIO, S. M. **Momentos em Psicologia Escolar**. Curitiba: Pinha, 1995.
- COLL, C. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. São Paulo: Artmed, 2004.
- CORIA-SABINI, M. A. **Psicologia aplicada à educação**. 2 ed. São Paulo: EPU, 1986.
- GUZZO, R. S. L et al. Psicologia e educação no Brasil: Uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Campinas, n. 26, p.131-142, jan. 2010.
- GOULART, I. B. **Psicologia da educação: Fundamentos teóricos - aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis RJ: Vozes. 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MALUF, M. R. O psicólogo escolar e a educação: uma prática em questão. In Z. A. P. Del Prette (Org.), **Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida**: explorando fronteiras (p.59-71). Campinas: Alínea, 2001.

Marinho-Araújo, C. M., Almeida, S. F. C. **Psicologia escolar**: construção e consolidação da identidade profissional. Campinas: Alínea, 2005.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

PATTO, Maria Helena Souza. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010365641997000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365641997000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 16 June 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641997000100004>.

RIBEIRO, P. T. Fracasso escolar: os mitos que se mantêm. In: 10ª MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 10ª, 2012, Piracicaba. **Qualificação e expansão do ensino superior no contexto do plano nacional de educação**. Piracicaba: Unimep, 2012. p. 1-4. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/10mostra/5/417.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ROSA, J. L (Org.). **Psicologia e educação**: O significado do aprender. 7 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

SANTROCK, J. W. **Psicologia educacional**. 3. ed. São Paulo: Mcgraw-hill, 2009.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: História e trajetória. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

WECHSLER, S. M. **Psicologia escolar**: Pesquisa, formação e prática. Campinas: Alínea, 2001.

YAZLLE, E. G. **Atuação do psicólogo escolar: alguns dados históricos**. In: CUNHA, B. B. B., YAZLLE, E. G., SALOTTI, M. R. R; SOUZA, M. De (Orgs.). **Psicologia na Escola: um pouco de história e algumas histórias**. São Paulo: Arte; Ciência, 1997. p. 11-38.

I